

Conf. 1-9

Relatório de Gestão e Contas 2021



Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores

2. Mensagem do Presidente

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

3.2 Estrutura Acionista

3.3 Órgãos Sociais

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

4.2 Visão

4.3 Valores

4.4 Objetivos Estratégicos

5. Síntese da actividade de 2021

5.1 Factos Relevantes

5.2 Envolvente Exterior

5.3 Estrutura Organizacional

5.4 Desempenho da Empresa

5.5 Análise Económica Financeira

6. Perspetivas para o Futuro

7. Considerações Finais

8. Outras Informações

9. Proposta de Aplicação de Resultados

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

10.2 Demonstração dos Resultados

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais

Próprios

10.5 Anexo

11. Relatório e parecer do Fiscal Único

12. Certificação legal das contas



Handwritten signature in blue ink.



I. Síntese de Dados e Indicadores

Handwritten signature in blue ink.



**I. Síntese de Dados / Indicadores**

Indicadores			
Financeiros	2019	2020	2021
Capital Social (€)	1 500 000	1 500 000	1 500 000
Ativo Líquido Total (€)	22 158 886	21 867 532	20 699 279
Volume de Negócios (€)	7 999 984	8 344 802	8 356 582
Volume de Negócios / Cliente (€)	356	368	364
Resultado Antes de Impostos (€)	1 289 564	1 271 834	1 350 402
Resultado Líquido do Exercício (€)	977 208	970 871	1 042 955
EBITDA (€)	2 232 041	2 255 001	2 329 523
Recursos Humanos	2019	2020	2021
Número de Colaboradores a 31/12	32	33	33
Colaboradores / 1000 clientes	1,42	1,46	1,44
Volume de Negócios / Colaborador	250 000	252 873	253 230
Comerciais	2019	2020	2021
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	22 457	22 679	22 945
Número de Clientes – Saneamento (un.)	19 194	19 369	19 566
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2 365 262	2 528 806	2 496 349
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1 796 911	1 901 312	1 897 865
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,3	0,1	0,1
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	22,5%	22,6%	25,6%
Técnicos	2019	2020	2021
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	2 983 054	3 190 930	3 277 080
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	94 289	106 298	116 183
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18 167	18 167	18 167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	14	14	14

[Handwritten signature]



Handwritten signature in blue ink.



2. Mensagem do Presidente

Handwritten signature in blue ink.





2. Mensagem do Presidente

O ano de 2021 foi, tal como já tinha sido 2020, totalmente marcado pela situação epidemiológica da COVID19. Todas as vertentes sociais e económicas foram fortemente alteradas devido às restrições causadas pelas medidas aplicadas com vista a mitigar a propagação do vírus. A Águas de Alenquer, tratando-se de uma entidade que presta um serviço público essencial, trabalhou sempre muito influenciada por esta conjuntura, com restrições acrescidas de elevado impacto nas suas operações, mas, consciente da importância da sua atividade para os alenquerenses, focada em manter o serviço e os níveis de qualidade.

Durante o ano de 2021 a Águas de Alenquer manteve a aposta na melhoria do seu trabalho, aumentando o investimento na digitalização dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e em sistemas de monitorização em tempo real que permitam uma resposta mais célere e uma garantia de monitorização mesmo em situações extremas. Os elevados investimentos na renovação dos meios operacionais continuaram a ser uma prioridade, bem como nas necessárias intervenções em infraestruturas de abastecimento e drenagem, sempre em estreita colaboração com o Município.

Em termos de negociação com vista ao reequilíbrio económico do contrato, mesmo tendo existido algumas evoluções, tratou-se de mais um ano em que as partes não concluíram um acordo que permita encerrar um tema de grande importância para a estabilidade contratual da concessão. Temos a convicção que durante o ano de 2022 as partes terão todas as condições para o finalizar.

Após o término do exercício de 2021, a situação epidemiológica aliviou, muito devido à abrangência do reforço da vacinação a nível nacional e europeu. Os casos positivos continuam em grande número, mas nota-se uma tendência decrescente da severidade da doença. Contudo, para agravar este estado de “novo normal”, surge o conflito causado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Nesta fase ainda não podemos quantificar os impactos que este conflito terá na economia e na sociedade nacional e internacional, nem se existirá espaço para uma escalada na dimensão do mesmo, mas o que se nota desde já, e com expectativa de agravamento, é uma subida exponencial dos custos de energia, combustíveis e matérias-primas que, inevitavelmente irá, de forma direta e indireta, fazer aumentar os preços de todos os restantes produtos e serviços.

A Águas de Alenquer já provou ao longo dos anos que é uma empresa resiliente, que enfrenta os obstáculos com iniciativa, mantendo sempre o seu espírito de serviço público essencial. Os últimos anos são o espelho dessa atitude. Temos a convicção de que mais uma vez, trabalhando em conjunto com o Município e demais entidades, no futuro vamos manter o trabalho desenvolvido até aqui, sempre com o foco de fazer mais e melhor.

Paulo Jorge Almeida Oliveira

Presidente do Conselho de Administração



Conf. 4



3. Apresentação da Empresa

Conf. 4

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A., posição que foi integrada na Pragosa Ambiente, S.A. em 2018. A Pragosa Ambiente, S.A. renomeou a sua designação em 2020 para Ecolmpact, S.A..

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal a revisão do Plano de Investimentos e o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos contratualizado foi concluído no final de 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela terceira vez nos três referenciais em março de 2017, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 foi realizada a transição para os referenciais de 2015 das normas ISO 9001 e ISO 14001 e em 2020 concluiu o processo de transição da norma OHSAS 18001 para a NP EN ISO 45001:2019.

Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da

concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos principais indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada, em especial no sector industrial com a execução de origens alternativas de abastecimento de água (origens próprias) em detrimento do fornecimento através do sistema municipal de abastecimento de água. Esta quebra de consumos e consumidores restringiu o impacto das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se consecutivamente desde 2013, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidirbe – Serviços Ambientais, S.A., atual Water Value, Serviços Ambientais, S.A., regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades

gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs. a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). Esse compromisso foi concretizado em março de 2020 com o arranque da adução ao reservatório de Vila Alta através do adutor da EPAL Torres-Vedras | Mafra. O Acordo alcançado previa ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço complementar acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária. Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto -Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Apesar do envolvimento das Partes, e não tendo sido ainda estabilizado o processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, a Concessionária apresentou ao Município de Alenquer em fevereiro de 2018, em dezembro de 2019 e em janeiro 2022, novas atualizações do pedido de reequilíbrio, considerando os últimos dados disponíveis. Continuamos a aguardar a estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão e do tarifário.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023
Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Ecolmpact, S.A.	20,0000%
Water Value - Serviços Ambientais, S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Vogais: Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. Marco Bruno Santos

Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por:

Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado (Suplente)

Conf. 4

Conf. 4



4. Missão e Posicionamento Estratégico

Conf. 4

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando os valores previstos na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes.

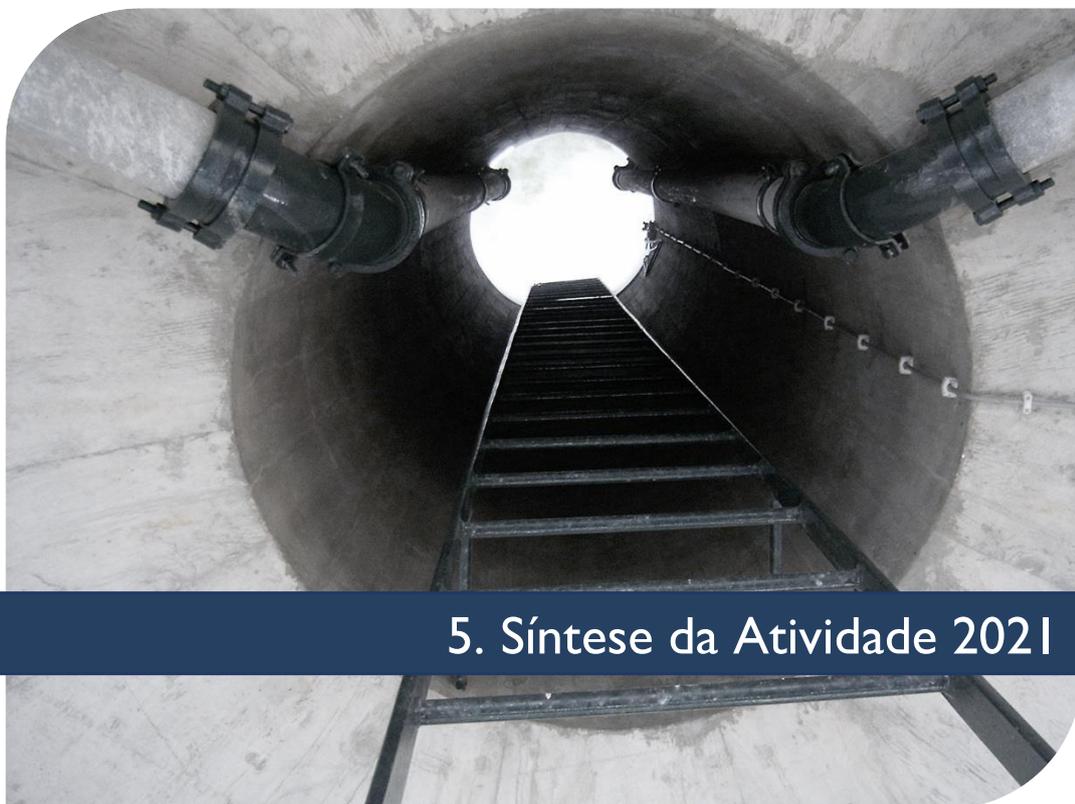
Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Conf. 9



5. Síntese da Atividade 2021

Conf. 4

5. Síntese da atividade de 2021

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2021 com implicação no negócio e na situação global da empresa, para além da não estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão:

- Impacto causado pela situação pandémica provocada pela doença COVID 19 e pelas condicionantes impostas à regular operação dos sistemas e ao processo de faturação e cobrança, mantendo um conjunto de medidas de contingência no sentido de minimizar tais impactos e assegurar a atividade da Empresa.
- Ligeiro crescimento ligeiro do número de consumidores, com uma redução generalizada dos consumos;
- Potenciação pelos utilizadores não domésticos de origens próprias;
- Agravamento do volume de água perdido num contexto adverso de sustentabilidade infraestrutural dos sistemas municipais em exploração pela Água de Alenquer e crescimento de situações ilícitas de consumo. Para este agravamento contribuíram também as diferentes intervenções realizadas na rede em articulação com o Município;
- Agravamento dos problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e um elevado número de avarias na rede;
- Certificação pelos novos referenciais das normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001;
- Prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia (PENSA) que integra eficiência hídrica e energética, Plano de Gestão de caudais indevidos (GCI) e do Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- No âmbito do Plano de Redução de Perdas, reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no sistema FlowWise;
- Continuidade da nova origem de água ao Reservatório de Vila Alta (EPAL | AdVT);
- Continuidade da implementação do sistema de telemetria em grandes clientes e principais áreas de rega;
- Criação de uma redundância física à captação municipal Rabissaca em exploração pela AdA através da interligação com o sistema de Vila Verde dos Francos;
- Não conclusão do processo de revisão do Contrato de Concessão e da consequente estabilização tarifária em resultado do pedido reequilíbrio apresentado em fevereiro de 2016.

5.2 Envolvente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

Em 2021, a atividade e o comércio mundial crescem 6,1% e 11,2% respetivamente, encontrando-se mais de 4% acima do nível de pré-pandemia. A rapidez e a sincronia da recuperação da procura global de bens criaram perturbações nos fornecimentos, evidenciados na escassez de matérias-primas e bens intermédios, nos prazos de entrega mais longos e nos custos de transporte. Os preços das matérias-primas aumentam de forma notória em 2021, após os níveis baixos atingidos no ano anterior.

Após um crescimento de cerca de 50% entre o final de 2020 e o final do primeiro semestre de 2021, o preço do petróleo estabiliza em torno dos 60 euros por barril, próximo do nível verificado em 2019.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2019	2020	2021
Euribor 1M	-0,40%	-0,50%	-0,56%
Euribor 3M	-0,35%	-0,42%	-0,55%
Euribor 6M	-0,30%	-0,34%	-0,52%
Euribor 12M	-0,21%	-0,30%	-0,49%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresenta em 2021, um crescimento de 4,8%, para o qual contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento e os programas de estímulo económico, tanto a nível nacional como europeu.

O consumo privado cresceu em 5%, após registar uma redução de 7,1 % em 2020. Este aumento foi impulsionado pelo crescimento das despesas das famílias em bens duradouros e em bens correntes não alimentares e serviços.

As exportações, refletidas na procura externa dirigida à economia portuguesa aumentam 9,6% (-18,6% em 2020). As importações de bens e serviços aumentaram 10,3 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, verifica-se uma redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia, registando a taxa de desemprego um aumento de 6,6 % (7 % em 2020).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), regista um crescimento de 1,3%, após registar variação média nula em 2020.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 0,9%, (aumento de 1 p.p. face ao ano de 2020).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2019	2020	2021
PIB	2,2%	-8,4%	4,8%
IPC	0,3%	0,0%	1,3%
IHPC	0,3%	-0,1%	0,9%
Desemprego	6,5%	7,0%	6,6%
Consumo Privado	2,4%	-7,1%	5,0%
Consumo Público	0,7%	0,4%	4,8%
Exportações	3,5%	-18,6%	9,6%
Importações	4,7%	-12,1%	10,3%

Fonte: Banco de Portugal e
INE (Nova Série -
Base2016). Dezembro2020

5.2.2 Enquadramento do Setor 2021

Em termos nacionais, inicia-se um novo ciclo de planeamento estratégico com o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2021, existem atualmente em Portugal 355 entidades gestoras, das quais 242 com atividade de abastecimento público de água, 239 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2021), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	2	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
	17	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021 | ano referência: 2020

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 234 entidades no abastecimento de água e 227 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,7 milhões de habitantes e 159 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes e 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes e 54 concelhos e as concessões municipais com cerca de 1,9 milhões de habitantes e 32 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,3 milhões de habitantes e 158 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados com 2,2 milhões de habitantes, em 19 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes, em 55 concelhos, as concessões municipais com 1,7 milhões de

habitantes, em 23 concelhos e as parcerias Estado/municípios com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	20
Concessões Municipais	27	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	26	26	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	18	17	8
Serviços Municipais	158	158	207
TOTAL	234	227	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2021).

Abastecimento de água em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 99% das entidades)	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	95%
Área predominantemente rural	93%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	84%
Área predominantemente rural	72%

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2021 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água - resposta a reclamações e sugestões, a adesão ao serviço e a reabilitação de condutas. Note-se que também a água não faturada ainda atinge um valor de 28,7%.
- Saneamento de águas residuais - ocorrência de inundações, resposta a reclamações e sugestões, a adesão ao serviço, a reabilitação de coletores, controlo de descargas de emergência e cumprimento da licença de descarga.

Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2020, a média continental foi de 28,8%.

Conf. A-4

5.2.3 Enquadramento Comercial

Cientes de água e saneamento

Apesar da situação pandémica verificada em 2021, continuou-se a verificar uma evolução crescente do número de clientes, totalizando no final do ano um máximo histórico de 22.975 clientes.

A continuidade do crescimento do mercado da construção, a subida de preço do mercado imobiliário na região de Lisboa, o impulso verificado na reabilitação urbana dos núcleos históricos em conjunto com o crescimento e

estabilização da comunidade emigrante residente no concelho, contribuíram para a evolução positiva do número de cliente. Apesar desta variação promovida por fatores externos à Concessão, a distribuição relativa do número de clientes por freguesia não sofreu alterações, mantendo-se o maior peso relativo de clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado em detrimento das freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial. Salienta-se ainda a manutenção das ações de fiscalização e controle de lugares vagos e o reforço das ações de inspeção de locais de consumo fraudulento, dando assim continuidade às ações de promoção da adesão ao sistema publico municipal de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar a manutenção do rácio de clientes de saneamento vs. clientes de água (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, procurou-se garantir um prazo médio de resposta a reclamações baixo (4,6 dias úteis de resposta). Relativamente a 2020, e sem a promoção de reclamações pelos movimentos populares criados em Alenquer, registou-se uma redução do número de reclamações, em alinhamento com o histórico de 2017 e 2018. A nível global regista-se um rácio de 1,4 reclamações por cada mil clientes.



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2019-2021.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2019	2020	2021
Consumo Médio Mensal - (m3/cliente/mês)	8,78	9,29	9,07
Fatura Média Mensal - (€)	28,96	30,14	29,79
Novos Contratos - (un.)	427	385	423
Baixas de Contratos - (un.)	207	163	156
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	89	89	42



De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua e a Loja Cliente. Em 2021 manteve-se uma adesão ao débito direto e à fatura eletrónica, fortalecendo o peso relativo deste canal de envio da faturação emitida. Destacamos também em 2021 o forte desenvolvimento da aproximação aos utilizadores através dos canais não presenciais, sendo de destacar as novas plataformas de atendimento telefónico, e-mail e Webchat.

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2021, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,39 \times 10^6$ m³, superior ao volume entrado em 2020 ($53,5 \times 10^3$ m³). Do volume entrado no sistema, $3,27 \times 10^6$ m³ foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes $121,5 \times 10^3$ m³ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

O volume de água faturado em 2021 foi de aproximadamente $2,45 \times 10^6$ m³, o que representou uma descida dos consumos no município de Alenquer, evidenciando assim o carácter de exceção dos consumos verificados em 2020 impulsionados pelo contexto de seca e pela situação pandémica. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 71% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 12,5%, o comércio 33% e a indústria 43%. O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 1,7% dos consumos verificados.

Apesar do forte investimento realizado na monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema ao sistema de abastecimento de água e a promoção permanente da pesquisa ativa de fugas, não foi possível manter o desempenho do sistema de abastecimento de água, agravando assim o volume de água perdido ($869,5 \times 10^3$ m³) e o rendimento do sistema (25,6%). Para corrigir esta trajetória desviante, foram implementadas, ainda em 2021, um conjunto de medidas operacionais, com destaque para o reforço da pesquisa ativa de fugas, promoção de ações de fiscalização e colocação de contadores de vidro em locais com indício de violação. Continua a não se verificar a renovação da rede municipal de abastecimento de água, sendo a infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer uma infraestrutura envelhecida de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), carecendo de investimentos significativos de reabilitação não previstos no Contrato de Concessão. Às características físicas do sistema, acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2021 foram novamente particularmente graves na Freguesia de Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013. Apesar deste enquadramento, a Águas de Alenquer e o Município procuraram durante o ano de 2021 promover a renovação de redes nas diferentes obras de reabilitação urbana, numa parceria frutuosa que se perspetiva de continuidade.

No ano de 2021 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 2 083 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, não se tendo verificado violações aos valores paramétricos. A Águas de Alenquer recebeu novamente em 2021 o Selo de Qualidade Água para Consumo Humano atribuído pela ERSAR.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de 18×10^3 m³ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2021 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $1,83 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de $2,39 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às afluências indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados nos períodos de precipitação prolongada. A variação de desempenho do sistema foi influenciada pelas características do ano hidrológico e pela maior sobrecarga provocada pela situação pandemia.

Para minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes envolvendo também a Águas do Tejo-Atlântico.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária, recentemente alargado por despacho governamental.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 14 estações elevatórias de águas residuais. A exploração da EEAR da Trombeta e EEAR Pinto Barreiros, a pedido do Município de Alenquer, iniciou-se em novembro de 2017 e setembro 2018, respetivamente.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 377 intervenções de reparação de condutas, 247 reparações de ramais domiciliários e 199 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, confirmando-se a tendência de agravamento do número de avarias face aos anos anteriores. No ano 2021 foram ainda renovados integralmente 63 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas, com a permanência de equipas internas e externas a percorrer recorrentemente toda a rede de abastecimento de água. Todos os trabalhos foram realizados maioritariamente com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores (1256 contadores substituídos em 2021), que garante uma idade média do parque de contadores sujeitos a faturação inferior a 5 anos. A campanha de substituição de contadores iniciada em 2015, fortemente ampliada pelos problemas de calcário existentes, traduz-se na segunda renovação integral do parque de contadores. Em 2021 destaca-se ainda a renovação significativa de condutas, grande parte em articulação com o município.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 299 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2021, 109 desobstruções na rede de coletores e 18 desobstruções em ramais domiciliários. De salientar ainda as medidas de redução de afluências indevidas, com destaque para a realização de inspeções vídeo e a reabilitação dos troços críticos, e o levantamento cadastral de pormenor da bacia da ETAR da Espiçandeira (União de Freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha).

Foi efetuado o despejo de 156 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 870 m^3 de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2021 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 88 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando a continuidade da atividade de construção no Município. Foram efetuados 98 orçamentos para ramais de água, tendo sido executados 54 ramais, e efetuados 23 orçamentos para ramais de saneamento, com a execução de 12 ramais de saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2021 foi realizada a limpeza, desinfecção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas 9 novas zonas de controlo de caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais 17 pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram incrementadas as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) FlowWise: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas; iii) AquaControl: Ferramenta de gestão do PSA; e iv) GoContact: plataforma de atendimento de clientes.

Quanto a matérias ambientais, é de referir 14 descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de $11,1 \times 10^3$ kg de CO₂, compensando as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém) através das 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos: Iniciativa PENSA (Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Água e Gestão Eficiente de Ativos) promovido pela AGS em parceria com o LNEC e o Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), com a orientação da Aquapor.

5.2.5 Regulação

Em março de 2021 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2020, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2021, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82^a e 83^a do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2021 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Assessor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2021.

Até ao final do mês de agosto, esteve em vigor o tarifário aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 7 de março de 2016, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-001448/2016 de 26 de fevereiro de 2016. A partir do dia 1 de setembro entrou em vigor o tarifário

Conf. A-9

aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 2 de agosto de 2021, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-004506/2021 de 01/07/2021. Ambos os tarifários são apresentados no quadro seguinte, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

Tarifário

TARIFAS (base 30 dias)			Tarifas por Outros Serviços		
Descrição					
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2016/2021	2021	Abastecimento de Água: (€)	2016/2021	2021
Domésticos	5,8542	5,7652	Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	100,3739	98,8472
Não Domésticos			Ligação à rede de distribuição de água	58,8758	57,9803
Até 20 mm	5,9798	5,8888	Tarifa de aferição de contador se solicitada	100,3739	98,8472
20 mm a 30 mm	7,0671	6,9596	Restabelecimento de ligação de água	53,5356	52,7213
30 mm a 50 mm	27,1810	26,7676	Verificação extraordinária de contadores	26,7679	26,3608
50 mm a 100 mm	54,3620	53,5352			
mais de 100 mm	97,8515	96,3632			
Tarifa Social e Familiar	0,0000	0,0000			
Tarifas de Venda de Água: (€/m3)			Saneamento: (€)		
Domésticos	2016/2021	2021	2016/2021	2021	
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,6308	0,6212	Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,5519	31,0720
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	1,2473	1,2283	Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	77,1729	75,9991
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206	1,9899	Desobstrução (por cada hora ou fracção)	87,9621	86,6242
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695	3,1213	Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m3)	95,9696	94,5099
Tarifa Familiar	2015	2021			
			Generais: (€)	2016/2021	2021
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m ³ por cada descendente além do 2.º filho			Pedido de informação sobre o sistema público	16,3086	16,0605
Tarifa Social	2016/2021	2021	Pedido de Orçamento	27,1810	26,7676
1º Escalão (0 a 5 m3 / 30 dias)	0,0000	0,0000	Taxa de deslocação	26,4308	26,0288
2º Escalão (6 a 15 m3 / 30 dias)	0,6308	0,6212	Análise de projectos	166,0912	163,5650
3º Escalão (16 a 25 m3 / 30 dias)	2,0206	1,9899	Outros serviços não especificados*	20%	20%
4º Escalão (mais de 25 m3 / 30 dias)	3,1695	3,1213			
Não Domésticos	2016/2021	2021	Ramais Domiciliários**		
Escalão Único	2,0206	1,9899	Abastecimento de Água: (€)		
Autarquia e Juntas de Freguesia	2016/2021	2021	Valor Fixo (€):	2016/2021	2021
Escalão Único	1,2473	1,2283	até 1"	435,5914	428,9661
Tarifa Fixa de Saneamento: (€)	100% Tarifa Fixa de Água		1 1/4"	446,3118	439,5234
Tarifa Variável de Saneamento: (€/m3)	90% Tarifa de venda de Água		1 1/2"	621,8792	612,4204
			2"	694,3655	683,8042
			maior que 2"	861,8003	848,6923
			Valor Variável (€/metro)	2016/2021	2021
			até 1"	68,0829	67,0474
			1 1/4"	68,7462	67,7006
			1 1/2"	68,7462	67,7006
			2"	69,6921	68,6321
			maior que 2"	69,6921	68,6321
			Saneamento: (€)		
			Valor Fixo (€):	2016/2021	2021
			até 140mm	911,3894	897,5272
			maior que 140mm	965,0012	950,3235
			Valor Variável (€/metro)	2016/2021	2021
			até 140mm	92,4806	91,0740
			maior que 140mm	99,1780	97,6695

* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

** Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade de serviço até 20 metros

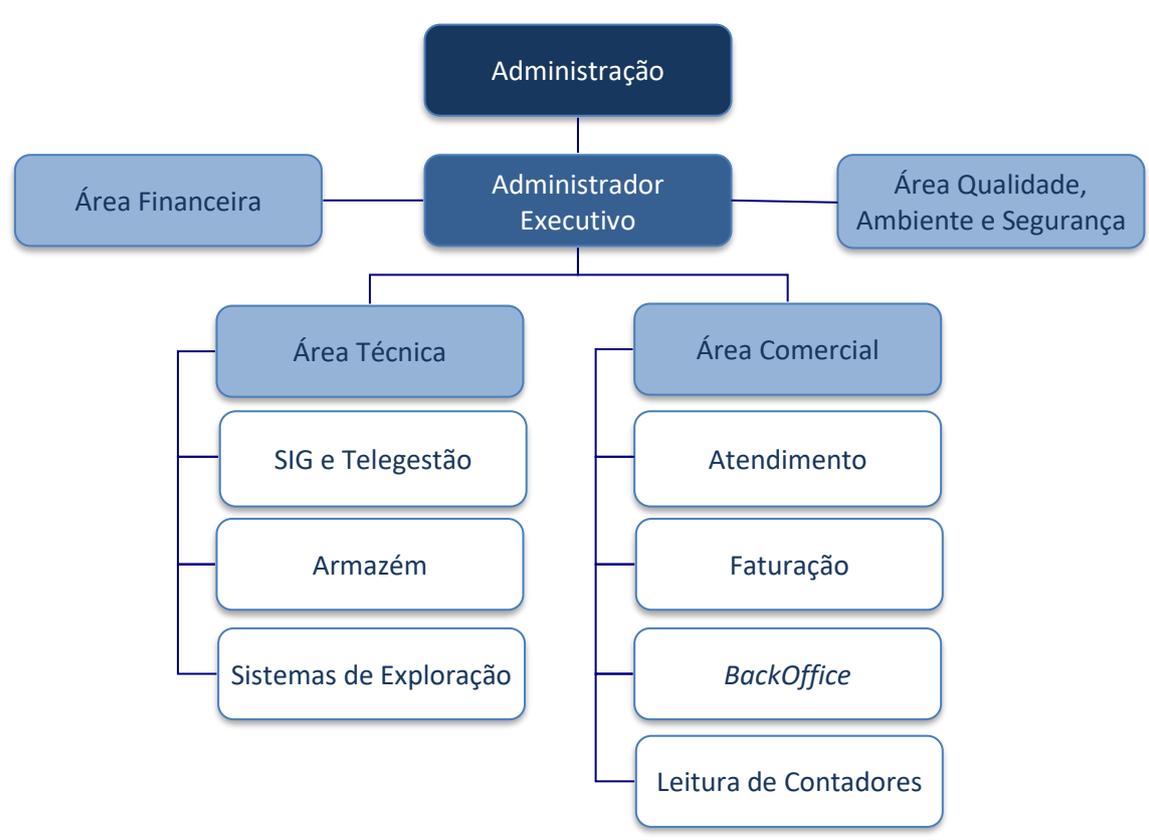
Conf. 4

Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2022, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2021 foi cumprido na íntegra, sem qualquer violação de valores paramétricos (incumprimentos) num total de 2083 determinações. Salientamos ainda a obtenção novamente do selo de qualidade “Água para consumo Humano” atribuído pela ERSAR.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



5.3.2 Formação

Formação 2021	N.º de Horas
CAM - Certificado de Aptidão de Motorista	20
Como implementar a norma NP ISO 14001:2015 - sistemas de gestão ambiental - Requisitos	16
Deteção de situações fraudulentas em contadores de água	16
EPI - capacete combinado	18
Formação em G/Interaqua - Sistema de Informação Geográfica	105
Formação Inicial - Formação <i>Onjob</i>	160
Formação Inicial - QAS	1
Formação teórica e prática sobre a utilização do camião Mercedes Arocs	20
GCI II - Gestão de Caudais Indevidos II	51
Interpretação ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade	16
ISO 45001 - Interpretação, implementação da norma nas organizações	14
Licenciatura em Ciências do Ambiente	104
Manipulador Magnético de Tampas	5
Manobrador de máquinas e equipamentos agrícolas e florestais	18
Módulo Tickets - Plataforma GoContact	10
PENSA - Programa para a sustentabilidade dos serviços de águas e gestão eficiente de ativos	67
Plano de Emergência Interno	54
Plano de segurança da água	13
Primeiros Socorros	112
PROÁGUAS	144
QAS - Qualidade, Ambiente e Segurança	105
Segurança no Trabalho - Eletricidade	119
Smart Cities	8
Webinar "Reutilização de Águas Residuais"	4
Webinar "Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - ISO 45001"	1
	1 201

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 36 horas de formação por colaborador. Toda a formação realizada em horário laboral.



5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 33 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 9 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 73% e mulheres 27%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 73% dos colaboradores da empresa possui o 12.º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2019	2020	2021
20 - 24	0	0	0
25 -29	2	1	1
30 - 34	7	3	3
35 - 39	9	13	10
40 - 44	3	4	7
45 - 49	5	6	5
50 - 54	4	3	4
mais de 55	1	3	3
	31	33	33

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2019	2020	2021
Ensino Superior	6	6	5
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	15	17	18
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	7	7	7
	31	33	33

Descrição	2021		2020		2019	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	33	55 944	34	53 632	32	52 536
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	33	55 944	33	53 632	31	52 536
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	33	0	33	0	31	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	33	0	33	0	31	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	33	0	33	0	31	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	33	55 944	33	53 632	31	52 536
Homens	24	40 120	24	38 600	22	36 744
Mulheres	9	14 824	9	15 032	9	15 792
Pessoal ao serviço da empresa das quais	0	0	1	1 540	1	1 687
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	0	0	1	1 540	1	1 687
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2021 registaram-se 5 acidentes de trabalho, com 13 dias úteis de ausência ao trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

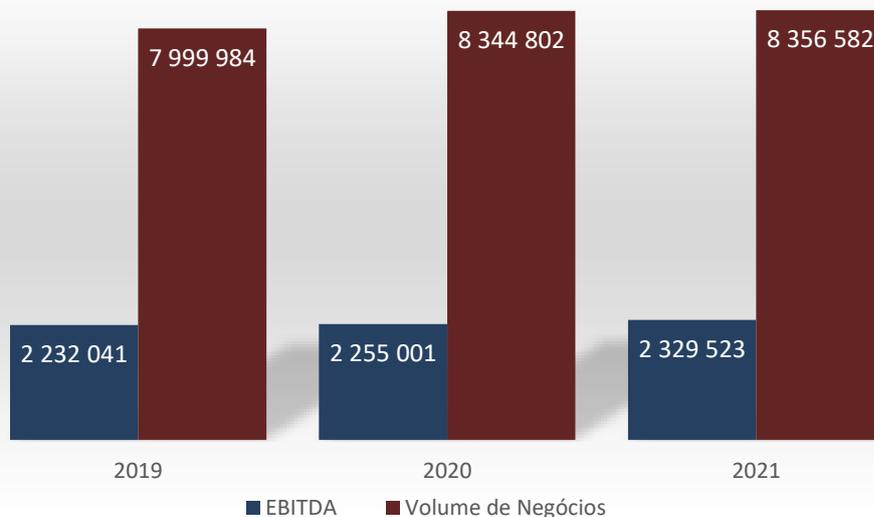
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2021, o Volume de Negócios registou um aumento de 11.780 Euros (0,1%), mantendo-se em linha com 2020. O EBITDA teve uma variação positiva de 74.522 Euros (3,3%) para o qual contribuiu fortemente o aumento do volume de água faturado.

Variação EBITDA / Volume de Negócios





	2019	2020	2021	Var. 20/21
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	22 158 886	21 867 532	20 699 279	-5,3%
Capitais Próprios	9 794 111	10 764 224	11 806 422	9,7%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	-
Passivo Remunerado	256 857	260 660	0	-100,0%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,03</i>	<i>0,02</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>0,03</i>	<i>0,02</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>44,20%</i>	<i>49,22%</i>	<i>57,04%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	8 457 323	8 992 147	9 236 850	2,7%
EBITDA	2 232 041	2 255 001	2 329 523	3,3%
Margem EBITDA (4)	26,39%	25,08%	25,23%	0,6%
EBIT	1 352 749	1 312 132	1 360 679	3,7%
Margem EBIT	15,99%	14,59%	14,73%	1,3%
Resultado Financeiro	-63 185	-40 298	-10 277	-74,5%
Resultado Líquido	977 208	970 871	1 042 955	7,42%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Capitais Próprios/ Ativo Líquido
Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 6.831.689 Euros, representando um acréscimo de 2,6% face ao período homólogo, para este acréscimo contribuíram fortemente as variações nas rubricas de custo de energia (40k€), trabalhos especializados (103.613k€) e o aumento dos custos com Subcontratos relacionados com o investimento nas redes (184k€), no entanto, este último é compensado pela rubrica de Trabalhos para Própria Empresa. De salientar ainda a variação da rubrica CMVMC em mais 124 k€ por via da atualização tarifária em alta e do aumento da compra de água.

No global, verificou-se um aumento de Gastos Operacionais no valor de 196.155 Euros, um acréscimo de 2,6% face ao ano anterior.

Gastos Operacionais	2019 euros	2020 euros	2021 euros	Peso %	Var. 20/21 %
CMVMC	1 884 924	2 009 370	2 052 813	26,1%	2,2%
Subcontratos	2 055 911	2 274 297	2 458 781	31,2%	8,1%
Energia	199 311	163 045	203 037	2,6%	24,5%
Trabalhos Especializados	802 331	809 575	913 188	11,6%	12,8%
Outros	456 652	445 128	428 618	5,4%	-3,7%
Pessoal	752 278	956 890	775 251	9,8%	-19,0%
Subtotal	6 151 408	6 658 306	6 831 689	86,7%	2,6%
Gastos de depreciação e de amortização	879 293	942 869	968 844	12,3%	2,8%
Perdas por imparidade	73 874	78 841	75 638	1,0%	-4,1%
Total	7 104 575	7 680 015	7 876 171	100,0%	2,6%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, que representam 49,2% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



Conf. A-9

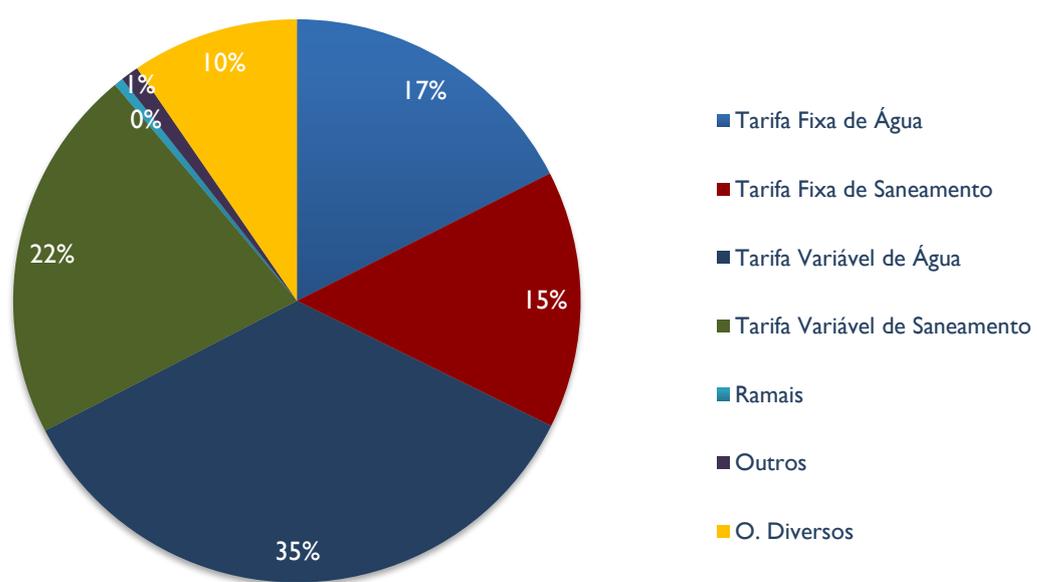
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2021, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 9.236.850 Euros, representando um acréscimo de 244.702 Euros (2,7%) em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2021 verificou-se um ligeiro aumento do Volume de Negócios de 11.780 Euros (0,1%), mantendo-se em linha com o valor de 2020.

Rendimentos Operacionais	2019 Euros	2020 Euros	2021 Euros	Peso %	Var. 20/21 %
Tarifa Fixa	2 930 132	2 978 782	2 985 861	32,3%	0,2%
Tarifa Fixa de Água	1 588 347	1 611 042	1 619 034	17,5%	0,5%
Tarifa Fixa de Saneamento	1 341 785	1 367 739	1 366 827	14,8%	-0,1%
Tarifa Volumétrica	4 873 538	5 223 795	5 227 326	56,6%	0,1%
Tarifa Variável de Água	2 965 969	3 241 112	3 237 355	35,0%	-0,1%
Tarifa Variável de Saneamento	1 907 568	1 982 683	1 989 971	21,5%	0,4%
Outros serviços	196 315	142 226	143 395	1,6%	0,8%
Ramais	67 768	35 815	48 265	0,5%	34,8%
Outros	128 546	106 410	95 129	1,0%	-10,6%
O. Diversos	457 339	647 345	880 267	9,5%	36,0%
Total	8 457 323	8 992 147	9 236 850	100,0%	2,7%

Rendimentos Operacionais



5.5.2 Análise do Balanço

	2019	2020	2021	Var. 20/21
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo				
Ativo não corrente	14 945 520	14 200 900	13 651 330	-4%
Ativo corrente	7 213 365	7 666 632	7 047 949	-8%
Inventários	90 871	99 957	103 910	4%
Divida de Terceiros	4 082 059	4 601 707	4 799 749	4%
Diferimentos	3 388	3 405	11 263	231%
Caixa e depósitos bancários	3 037 048	2 961 563	2 133 027	-28%
Total	22 158 886	21 867 532	20 699 279	-5%
Capital Próprio	9 794 111	10 764 224	11 806 422	10%
Passivo	12 364 775	11 103 307	8 892 857	-20%
Passivo não corrente	3 329 308	3 342 271	2 839 654	-15,0%
Passivo corrente	9 035 467	7 761 037	6 053 203	-22%
Total	22 158 886	21 867 532	20 699 279	-5%

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2021 os 20.699.279 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 20% atingindo os 8.892.857 Euros, o Passivo Não Corrente registou um decréscimo de 15%, efeito da redução da provisão de investimentos de substituição, por via dos investimentos realizados e pelo pagamento aos acionistas dos suprimentos e respetivos juros, anteriormente aportados. O Passivo Corrente registou uma diminuição de 22%, efeito da redução da dívida a fornecedores, fortemente influenciada pelo fim do acordo de pagamentos celebrado com a AdLVT no final de 2015. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 10% atingindo 11.806.4022 Euros efeito do resultado líquido do exercício, que em 2021 que ascendeu a 1.042.955 Euros.



5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2019	2020	2021	Var. 20/21
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	360 211	334 894	470 765	41%
Ativos Intangíveis	14 454 831	13 698 523	12 979 456	-5%
Ativos por impostos diferidos	129 101	165 472	198 359	20%
	2019	2020	2021	Var. 20/21
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Prestações Acessórias	3 948 558	3 948 558	3 948 558	0%
Suprimentos	175 000	175 000	0	-100%
Financiamento Bancário CP	0	0	0	0%
Financiamento Bancário MLP	0	0	0	0%
Total	5 623 558	5 623 558	5 448 558	-3%
Caixa e depósitos bancários	3 037 048	2 961 563	2 133 027	-28%
Dívida Líquida	2 586 510	2 661 995	3 315 531	25%

Financeiro	2019	2020	2021	Var. 20/21
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Ativo Líquido	22 158 886	21 867 532	20 699 279	-5%
Ativos por impostos diferidos	129 101	129 101	198 359	54%
Volume de Negócios (€)	7 999 984	8 344 802	8 356 582	0%
Volume de Negócios / Cliente (€)	356	368	364	-1%
Resultado Antes de Impostos (€)	1 289 564	1 271 834	1 350 402	6%
Resultado Líquido do Exercício (€)	977 208	970 871	1 042 955	7%
EBITDA (€)	2 232 041	2 255 001	2 329 523	3%

Conf. 4

Rácios		2019	2020	2021
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,100	0,090	0,088
	Rentabilidade das Vendas	0,122	0,116	0,125
	Rentabilidade do Ativo	0,061	0,060	0,063
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,026	0,024	0,000
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,442	0,492	0,570
	Solvabilidade	0,792	0,969	1,328
	Estrutura de Capitais	1,262	1,032	0,753
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	0,798	0,988	1,164
	Liquidez reduzida	0,788	0,975	1,145
	Liquidez imediata	0,336	0,382	0,352

5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2021 a Águas de Alenquer investiu 832.962 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de 9 novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 13 ZMC/VRP com integração no software WaterWise;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede e a melhoria do seccionamento de rede, com destaque para as localidades de Alenquer, Azedia, Refugidos, Catém, Carapinha e Passinha;
- Conservação e pintura exterior e interior de 7 instalações (reservatórios e EEAA);
- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, incluindo substituição de equipamento, com destaque para a remodelação de equipamento nas EEAA de Casais Pedreira do Lima, Cossoaria, Cheganças, Marmeleira e Vale Figueiras;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 1.289 contadores;
- Renovação do sistema de telegestão em vários locais;
- Renovação do sistema de telecontagem para grandes consumidores e principais áreas de rega;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a reabilitação e renovação de rede de drenagem de águas residuais domésticas em diversos locais, com destaque para as localidades de Alenquer, Carregado e Refugidos;
- Aquisição de equipamento operacional diverso (água e águas residuais), com destaque para a aquisição de um novo camião grua.

De destacar ainda a realização do projeto de execução da “Rede de distribuição de água na envolvente Casais da Marmeleira – Carregado”, entregue ao Município de Alenquer e o levantamento cadastral de pormenor da bacia associada à ETAR da Espinçadeira.

Conf. 9

Conf. 9



6. Perspetivas para o Futuro

Conf. 9

6. Perspetivas para o Futuro

A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução tarifárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Variabilidade no preço e escassez dos principais materiais incorporados na atividade corrente da empresa;
- A dificuldade de renovação dos quadros;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura económico-financeira mundial, nacional e local;
- Procura de origens alternativas pelos grandes clientes;
- Evolução das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água após a alteração da origem de água;
- Efeito das afluências indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Degradação da situação económico-financeira da Concessão em resultado do atraso na conclusão do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez e a sazonalidade dos recursos hídricos;
- Impacto social e financeiro da situação na Europa e da evolução do surto epidémico pelo novo coronavírus (COVID-19).

Conf. 9

Conf. 4



- 7. Considerações Finais
- 8. Outras Informações
- 9. Proposta de Aplicação de Resultados

Conf. 4

7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas num ano particularmente difícil;
- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Desde o início de 2020 que o surto do COVID-19 tem vindo a espalhar-se à escala global, causando impactos significativos nos mercados financeiros e na atividade económica, cujo efeito, e apesar do programa de vacinação massiva, não está totalmente estabilizado.

O Conselho de Administração da Empresa continua a acompanhar a evolução da pandemia em Portugal e os potenciais impactos da mesma na atividade da Empresa e da economia em geral, mantendo um conjunto de medidas de contingência no sentido de minimizar tais impactos e assegurar a atividade da Empresa. A Empresa prevê que os impactos do surto COVID-19 sejam, à semelhança do ano de 2020 e 2021, bastante residuais e que não colocam em causa a continuidade das operações.

- Estamos atentos à evolução dos acontecimentos, ocorridos após 24 de fevereiro, que envolvem a invasão à Ucrânia por parte da Rússia. Esta situação originou uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Não estimamos efeitos significativos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações, no entanto iremos acompanhar com a maior atenção o desenvolvimento desta situação.
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2021;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2021, positivo no valor de 1.042.955 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 52.148 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.

Conf. 9

Conf. 9



10. Contas do Exercício de 2021 e respetivo Anexo

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, S.A.

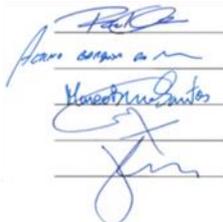
Balanço em 31 de dezembro de 2021

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	470 765	334 894
Ativos intangíveis	7	12 979 456	13 698 523
Outros Investimentos Financeiros	15	2 750	2 012
Ativos por impostos diferidos	14	198 359	165 472
Total de Ativos não Correntes		13 651 330	14 200 900
Corrente			
Inventários	9	103 910	99 957
Clientes	15	3 091 897	2 930 315
Estado e outros entes públicos	17.1	165 531	210 166
Outros créditos a receber	15	1 542 321	1 461 225
Diferimentos	17.2	11 263	3 405
Caixa e depósitos bancários	4	2 133 027	2 961 563
Total de Ativos Correntes		7 047 949	7 666 632
Total do Ativo		20 699 279	21 867 532
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	3	1 500 000	1 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3 948 558	3 948 558
Reservas legais	3	326 537	277 994
Resultados transitados	3	4 979 437	4 057 109
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	8 935	9 693
Resultado líquido do período		1 042 955	970 871
Capital próprio atribuível ao grupo		11 806 422	10 764 224
Total do Capital próprio		11 806 422	10 764 224
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	12	2 602 394	2 895 085
Financiamento Obtidos	15	0	260 660
Outras dívidas a pagar	15	169 026	186 526
Passivo por Impostos diferidos	14	68 233	0
Total do Passivo não Corrente		2 839 654	3 342 271
Corrente			
Fornecedores	15	5 252 859	6 961 067
Estado e outros entes públicos	17.1	19 339	76 342
Outras dívidas a pagar	15	781 005	723 627
Total do Passivo Corrente		6 053 203	7 761 037
Total do Passivo		8 892 857	11 103 308
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		20 699 279	21 867 532



JERGIÓ M. S. MALINO
T. O. C. 26380
Contrib. N.º 124 191 052



António Santos

10.2 Demonstração dos Resultados

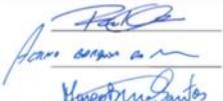
Entidade: AdA Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	8 356 582	8 344 802
Subsídios à Exploração	17.12	1 419	1 504
Trabalhos para a própria entidade	10	188 976	126 942
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-2 052 813	-2 009 370
Fornecimentos e serviços externos	17.3	-3 991 984	-3 678 896
Gastos com o pessoal	17.9	-775 251	-956 890
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-62 405	-71 893
Provisões (aumentos/reversões)	12	447 315	317 504
Outros rendimentos	17.4	229 324	194 447
Outros gastos	17.5	-11 641	-13 149
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 329 523	2 255 001
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.6	-968 844	-942 869
		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 360 679	1 312 132
Juros e rendimentos similares obtidos	11/17.8	9 529	11 606
Juros e gastos similares suportados	17.7	-19 806	-51 903
Resultado antes de impostos		1 350 402	1 271 834
Imposto sobre o rendimento do período	14	-307 447	-300 963
Resultado líquido do período		1 042 955	970 871
Resultado por Ação Básico		3,48	3,24

SÉRGIO M. S. MALHEIRO
T. O. C. 25360
Contrib. N.º 124 191 052

António Augusto Santos

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: Ada Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

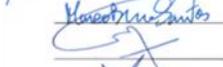
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9 951 498	9 955 734
Pagamentos a fornecedores		-8 406 832	-7 484 562
Pagamentos ao pessoal		-407 102	-379 934
Caixa gerada pelas operações		1 137 565	2 091 237
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-323 646	-390 104
Outros recebimentos/pagamentos		-1 127 839	-1 727 029
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-313 920	-25 896
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-252 211	-49 589
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-252 211	-49 589
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-175 000	0
Juros e custos similares		-87 405	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-262 405	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-828 536	-75 485
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 961 563	3 037 048
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 133 027	2 961 563



SERGIO M. S. MALINO
T. O. G. 26080
Contrib. N.º 124 TFI 052



Ana Carolina



Manoel Augusto Santos



João

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Lupatini
 SERGIO M. S. MALIHO
 T. O. C. 25360
 Contab. N.º 324 191 052

Acrescentado a...
Manoel...
João...

Entidade: AdA Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2021

Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	8	1 500 000		3 948 558	277 993		9 693	4 057 109	970 871	10 764 224	10 764 224
APLICAÇÃO DE RESULTADOS											
Constituição da Reserva legal									0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados					48 544		0	922 328	-970 871	0	0
	9				48 544		0	922 328	-970 871	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
	10			0							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	11								1 042 955	1 042 955	1 042 955
RESULTADO INTEGRAL	12=10+11								1 042 955	1 042 955	1 042 955
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	13										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	14=8+9+10+11+13	1 500 000	0	3 948 558	326 537	0	8 936	4 979 437	1 042 955	11 806 422	11 806 422

Luís
 JERGIOM S. MULLHO
 T. O. C. 26360
 Contab. N.º 124 191 052

Águas de Alenquer
 Álvaro Augusto
 Vasco Augusto
Águas

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2020

Euro

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	1 500 000		3 948 558	229 133		10 450	3 128 761	977 208	9 794 111	9 794 111
APLICAÇÃO DE RESULTADOS											
Constituição da Reserva legal									0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados					48 860		0	928 348	-977 208	0	0
	2				48 860		0	928 348	-977 208	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos	10										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4								970 871	970 871	970 871
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4								970 871	970 871	970 871
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	6										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	7=1+2+3+4+6	1 500 000	0	3 948 558	277 993	0	9 693	4 057 109	970 871	10 764 224	10 764 224

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2021.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

I. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.



1.2 Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.3 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito, a atividade “em alta” é atualmente garantida pela Águas do Vale do Tejo no fornecimento de água “em alta” e na recolha e tratamento dos efluentes gerados pela Águas do Tejo-Atlântico, através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a extinta Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.4 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2021, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Eco Impact S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Water Value - Serviços Ambientais, S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n° 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n° 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

<u>Anos de vida útil</u>	<u>2021</u>
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2021	2020	2019
Água	6,08%	5,72%	5,02%
Saneamento	6,48%	6,04%	5,36%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até de 2014 a 2016 são reportáveis durante um período de doze anos, entre 2017 e 2019 por um período de cinco anos, e a partir de 2020 por um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, ficando suspensa a contagem do prazo de reporte durante os períodos de 2020 e 2021, traduzindo se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução, sendo que este limite é

elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outros Créditos a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j1) Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

j2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade



m) Outras Dívidas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

p) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

q) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

s) **Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

t) **Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) **Provisões**

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição, uma provisão para gastos com tratamento de efluentes e uma provisão para indemnização de funcionários no final da concessão.

v) **Outros Rendimentos e Ganhos**

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucedânea da extinta Águas do Oeste).

w) **Outros Gastos e Perdas**

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Caixa	3.055	1.266
Depósitos à ordem	2.129.972	2.960.297
Caixa e seus equivalentes	2.133.027	2.961.563
Caixa e Depósitos Bancários	2.133.027	2.961.563

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2021, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Quinta da Fonte – Ed. Q54 D. José – Piso 2, Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Eco Impact S.A. (20,0%)
Sede em Estrada do Tojal, Km I, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações da pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Luságua – Serv. Ambientais, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Eco Impact, S.A..		Limpeza Rede Saneamento Gestão de Resíduos Controlo Custos de Obra
Construções Pragosa, S.A..		Venda bens de investimento

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços	Aquisição serviços	Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
		Intragrupo	Intragrupo		
AGS	2021	-	451.825	-	2.009.383
	2020	-	409.854	-	1.838.221
Aquapor	2021	-	232.364	-	1.872.355
	2020	-	237.410	-	1.715.434
Luságua	2021	-	60.709	-	25.246
	2020	-	37.694	-	12.667
Eco Impact	2021	-	168.292	163	505.603
	2020	-	176.913		472.443
Construções Pragosa	2021	-	4.048	0	-
	2020	-	13.102	2.974	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.19	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2021
Custo											
Direito da Concessão	22.952.095	107.572				23.059.667	161.474				23.221.142
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	23.097.298	107.572	0	0	0	23.204.870	161.474	0	0	0	23.366.345
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	8.497.001	863.880				9.360.881	880.541				10.241.423
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.766					143.766					143.766
	8.642.467	863.880				9.506.347	880.541				10.386.889
	14.454.831	-756.308	0	0	0	13.698.523	-719.067	0	0	0	12.979.456

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.
Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31.12.2019	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2020	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2021
Custo											
Edifícios e Outras Construções	139.559	1.100				140.659					140.659
Equipamento Básico	1.011.350	32.700				1.044.050	49.950				1.094.000
Equipamento Transporte	112.970					112.970	154.756				267.726
Equipamento Administrativo	210.494	12.323				222.817					222.817
Outros Ativos Fixos Tangíveis	329.898	7.547				337.445	19.467				356.913
	1.804.271	53.671	0	0	0	1.857.941	224.173	0	0	0	2.082.115
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	127.828	1.333				129.161	1.351				130.512
Equipamento Básico	733.045	56.877				789.922	59.596				849.519
Equipamento Transporte	100.178	2.663				102.841	8.698				111.539
Equipamento Administrativo	194.243	7.388				201.631	9.375				211.007
Outros Ativos Fixos Tangíveis	288.765	10.727				299.492	9.282				308.774
	1.444.059	78.988	0	0	0	1.523.047	88.302	0	0	0	1.611.351
	360.212	-25.318	0	0	0	334.894	135.871	0	0	0	470.764

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contábilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respectivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

<u>Inventários</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	21.843	24.906
Material Hidráulico Diverso	82.067	75.051
	<u>103.910</u>	<u>99.957</u>

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

<u>Inventários</u>	<u>Matérias-primas</u>	<u>Mat. Sub. e de Consumo</u>	<u>Total</u>
Existências em 01-01-2020	0	-90.871	-90.871
Compras	-1.921.002	-97.454	-2.018.456
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2020	0	99.957	99.957
	<u>-1.921.002</u>	<u>-88.368</u>	<u>-2.009.370</u>
Existências em 01-01-2021	0	-99.957	-99.957
Compras	-1.985.906	-70.860	-2.056.766
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-021	0	103.910	103.910
	<u>-1.985.906</u>	<u>-66.907</u>	<u>-2.052.813</u>

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando do débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

<u>Trabalhos para própria entidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	161.475	107.468
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	27.501	19.474
	<u>188.976</u>	<u>126.942</u>

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

<u>Vendas e Prestação de Serviços</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Venda de Água	3.237.355	3.241.112
Prestação de Serviços – Água	1.701.805	1.709.057
Prestação de Serviços – Saneamento	3.369.157	3.358.818
Prestação de Serviços – Ramais	48.265	35.815
	<u>8.356.582</u>	<u>8.344.802</u>

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferе juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2021	2020
Juros de mora	9.529	11.606

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 Euros, de acordo com o plano de investimentos. Anualmente tem vindo a considerar-se uma reversão desta provisão, de acordo com a entrada em funcionamento dos bens, distribuída do seguinte modo:

2012	74.927
2013	60.699
2014	47.412
2015	111.397
2016	184.791
2017	146.442
2018	101.840
2019	125.792
2020	317.504
2021	447.315

Em 2018 foi constituída uma provisão para gastos com tratamento de efluentes, no montante de 201.924 Euros. Esta provisão foi reforçada nos montantes a seguir discriminados:

2019	94.045
2020	105.687
2021	133.935

Em 2019 foi constituída uma provisão para indemnização de funcionários no final do contrato da concessão, no montante de 86.889 Euros, Esta provisão foi reforçada em 2020 e 2021 nos seguintes montantes:

2020	238.477
2021	20.689

	Provisões
Saldo em 01.01.2020	2.868.425
Utilizações	-317.504
Constituição	344.164
Saldo em 31.12.2020	2.895.085
Utilizações	-447.315
Constituição	154.624
Saldo em 31.12.2021	2.602.394

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 22 de março de 2022.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

O Conselho de Administração está igualmente atento à evolução dos acontecimentos, ocorridos após 24 de fevereiro, que envolvem a invasão à Ucrânia por parte da Rússia. Esta situação originou uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Não estimamos efeitos significativos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações, no entanto iremos acompanhar com a maior atenção o desenvolvimento desta situação.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2021	2020
Imposto Corrente		
IRC do ano	272.101	337.333
	<u>272.101</u>	<u>337.333</u>
Imposto Diferido		
Reforço por diferenças temporárias	0	36.370
Reversão por diferenças temporárias	35.346	0
	<u>35.346</u>	<u>36.370</u>
	<u>307.447</u>	<u>300.963</u>

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes de impostos	1.350.402	1.271.834		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	303.841	286.163	22,5%	22,5%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas	447.315	317.504		
Reversão Perdas por imparidade Tributadas	1.726			
Excesso Estimativa para Impostos	0	1.177		
	449.041	318.681		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas, juros compensatórios	709	1.060		
Provisões e perdas por imparidade	280.918	479.150		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	9.304	28.737		
Perdas por imparidade Tributadas	0	18.747		
Outros	0	1.935		
	290.932	529.629		
Lucro tributável	1.192.293	1.482.782		
Prejuízo Fiscal	0	0		
Prejuízo Fiscal N-I	0	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	250.382	311.384	0	0
Tributação autónoma	3.835	3.707	0	0
Derrama	17.884	22.242	0	0
Imposto sobre o rendimento	272.101	337.333	0	0

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	<u>Contas de Balanço</u>		<u>Contas DR</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Impostos Diferidos Ativos</u>				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	0	1.903	-1.903	-41.067
Provisão gastos com Tratamento Efluentes	120.497	90.362	30.136	23.780
Provisão gastos com Indemnizações ao Pessoal	77.862	73.207	4.655	53.657
	<u>198.359</u>	<u>165.472</u>	<u>32.888</u>	<u>36.370</u>
			<u>32.888</u>	<u>36.370</u>
<u>Impostos Diferidos Passivos</u>				
Diferenças Temporais				
Reversão Investimento Substituição Futuro	68.233	0	-68.233	0
	<u>68.233</u>	<u>0</u>	<u>-68.233</u>	<u>0</u>
			<u>-68.233</u>	<u>0</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto



14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2021	2020
Cientes	3.091.897	2.930.315
Outros Créditos a receber	1.542.321	1.461.225
Caixa e depósitos bancários	2.133.027	2.961.563

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2021	2020
Cientes gerais	3.271.038	3.088.978
Trabalhos efetuados não faturados	383.991	397.407
Perdas imparidade acumuladas	-563.132	-556.070
	<u>3.091.897</u>	<u>2.930.315</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2020	-511.516
Reforço do ano	-78.841
Utilizações	28.968
Reversões	5.318
Saldo em 31.12.2020	<u>-556.071</u>
Reforço do ano	-75.638
Utilizações	58.703
Reversões	9.874
Saldo em 31.12.2021	<u>-563.132</u>

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2021	2020
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	993.309	964.225
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	165.463	113.450
	<u>1.542.321</u>	<u>1.461.225</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2021	2020
Passivos Não Correntes		
Financiamento Obtidos	0	260.660
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	169.026	186.526
Passivos Correntes		
Fornecedores	5.252.859	6.961.067
Outras dívidas a pagar	781.005	723.627
Fornecedores de investimento	14.899	16.667
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	367.209	363.309
C.M.A._RSU	337.689	302.053
Diversos	43.708	24.098

Em 2021 a empresa liquidou os financiamentos obtidos junto de acionistas.

No presente ano não existe qualquer financiamento junto de instituições financeiras.

Na rubrica Credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Na rubrica diversos, estão incluídos 24.959 euros de taxa de gestão de resíduos.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2021	2020
Ganhos		
Juros de mora	9.529	11.606
	<u>9.529</u>	<u>11.606</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	0	0
Juros de mora	-409	-334
Outros	-19.397	-51.569
	<u>-19.806</u>	<u>-51.903</u>
	<u><u>-10.277</u></u>	<u><u>-40.297</u></u>

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo nº 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2021	2020
Honorários pela Revisão Legal Contas	8.800	8.800

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2021	2020
Saldos a receber		
Imposto sobre o Rendimento	23.714	0
Imposto sobre Valor Acrescentado	127.871	210.166
Taxa recursos Hídricos	13.946	0
	<u>165.531</u>	<u>210.166</u>
Saldos a pagar		
Imposto sobre o Rendimento	0	-27.831
Retenção Imposto sobre Rendimento	-6.554	-5.665
Segurança Social	-11.728	-11.698
Tributos Autarquias Locais	-1.057	-974
Taxa recursos Hídricos	0	-30.175
	<u>-19.339</u>	<u>-76.343</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos	2021	2020
Rendas	3.413	3.405
Seguros	7.850	0
	<u>11.263</u>	<u>3.405</u>

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	-2.458.781	-2.274.297
Manutenção Rede Água	-22.217	-54.490
Manutenção Rede Saneamento	-45	0
Tratamento Efluentes	-1.374.859	-1.347.901
Outros	-1.061.660	-871.906
Serviços Especializados	-1.088.597	-976.235
Trabalhos Especializados	-913.188	-809.575
Publicidade e Propaganda	-2.970	-1.316
Vigilância e Segurança	-1.772	-1.596
Honorários	-97.629	-97.719
Conservação e Reparação	-31.855	-26.289
Serviços Bancários	-27.585	-27.391
Outros Serviços	-13.598	-12.349
Materiais	-9.638	-9.413
Energia e Fluidos	-246.721	-204.180
Deslocações Estadas e Transporte	-7.069	-25.136
Serviços Diversos	-181.177	-189.637
Rendas e Alugueres	-90.837	-105.776
Comunicação	-34.955	-30.684
Seguros	-37.907	-37.864
Contencioso e Notariado	-105	-256
Despesas de Representação	-450	-293
Limpeza Higiene e Conforto	-16.923	-14.764
	<u>-3.991.984</u>	<u>-3.678.898</u>

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2021	2020
Rendimentos Suplementares	188.282	162.588
Fornecimento de Energia	1.886	4.070
Diversos	186.396	158.518
Outros	41.042	31.860
Débito de Gastos com Calcário	29.084	29.925
Diversos	11.958	1.935
	229.324	194.447

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano tem sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2021	2020
Impostos	-982	-4.176
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financ.	-4.730	0
Sinistros-Indemnização	-4.730	0
Outros	-5.928	-8.973
Quotizações	-500	-626
Multas e Penalidades	-300	-727
Indemnizações	-4.511	-5.685
Donativos	-618	0
Diversos	0	-1.935
	-11.641	-13.149

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2021	2020
Ativos Tangíveis	-88.302	-78.989
Ativos Intangíveis	-880.541	-863.880
	-968.844	-942.869

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares suportados	2021	2020
Juros de Suprimento	-1.745	-3.803
Juros de mora	-409	-334
Outros Juros	-17.652	-47.766
	-19.806	-51.903

Na rubrica outros juros, estão incluídos 9.304 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,47%.

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos similares obtidos	2021	2020
Juros de mora	9.529	11.607
	9.529	11.607

17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2021	2020
Remunerações do Pessoal	-579.886	-542.988
Encargos sobre Remunerações	-122.486	-113.265
Seguros	-25.409	-24.124
Outros	-47.470	-276.514
	-775.251	-956.891

Na rubrica outros estão incluídos 20.689 referente a indemnizações a atribuir ao pessoal, no final da concessão.

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.

17.12 Subsídios à Exploração

Subsídios à Exploração	2021	2020
Subsídios à Exploração	1.419	1.504

Em 2021, a empresa recebeu do Estado 1.419€ de subsídios, como compensação retributiva relacionada com a pandemia Covid-19.



SERGIO M. S. MALINO
T.O.C. 25360
Contab. N.º 124 191 952

Conf. 9

Conf. 9



II. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Conf. →



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
 Avenida da República, 90-6º
 1600-206 Lisboa
 Portugal

Tel: +351 217 912 000
 Fax: +351 217 957 586
 www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com duas reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Conf - 4



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de de AdA - Águas de Alenquer, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2021 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2021 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2021, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardadas as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Conf. 4



12. Certificação Legal de Contas

Conf. →



Ernst & Young
Audit & Assesores ▪ SROC, S.A.
Avenida de República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ADA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 20.669.279 euros e um total de capital próprio de 11.806.422 euros, incluindo um resultado líquido de 1.042.955 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ADA - Águas de Alenquer, S.A. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

- Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade tem registado no seu Ativo intangível o montante de 2.024 milhares de Euros (2020: 2.160 milhares de Euros) e em Provisões o montante de 1.720 milhares de Euros (2020: 2.168 milhares de Euros), relativo ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Estes montantes não foram corretamente apurados no seu reconhecimento inicial, nomeadamente por não ter sido apurado o custo amortizado dos referidos montantes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo intangível encontra-se sobreavaliado em 297 milhares de Euros (2020: 318 milhares de Euros) e o passivo relativo à Provisão de Investimento de substituição futuro encontra-se sobreavaliada em 194 milhares de Euros (2020: 211 milhares de Euros), e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em 83 milhares de Euros (2020: 79 milhares de Euros) e o resultado líquido subavaliado em 2 milhares de Euros (2020: sobreavaliado em 4 milhares de Euros), respetivamente, considerando o respetivo efeito fiscal.
- Em 31 de dezembro de 2021, o ativo fixo tangível inclui o montante de 243 milhares de Euros (2020: 272 milhares de Euros) referente ao investimento em contadores que se encontram afetos à atividade e cujos investimentos não foram sujeitos à correspondente atualização financeira. Adicionalmente, estes ativos têm vindo a ser amortizados linearmente considerando uma vida útil estimada de 8 anos (nota 3.1). Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021, o ativo fixo tangível encontra-se sobreavaliado em 201 milhares de Euros (2020: 192 milhares de Euros), o resultado transitado sobreavaliado em 149 milhares de Euros (2020: 166 milhares de Euros) e o resultado líquido sobreavaliado em 7 milhares de Euros (2020: subavaliado em 18 milhares de Euros), considerando o efeito fiscal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Sociedade Anónima • Capital Social 1.335.000 euros • Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas • Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



AdA - Águas de Alenquer, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2021

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

2/3

Conf - 4



AdA • Águas de Alenquer, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2021

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944

Confirmação



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt